

## O desenvolvimento nas perspectivas de Amartya Sen e Albert Hirschman

*Afrânio de Oliveira Silva\**

**RESUMO:** O presente trabalho busca fazer uma reflexão introdutória sobre o conceito de desenvolvimento a partir de dois autores clássicos da economia: Amartya Sen e Albert Hirschman. O desenvolvimento econômico como conceito explicativo de uma “direção” a ser seguida pelas sociedades tem mudado de significado e de importância ao longo dos anos. Nas últimas décadas o debate voltou ao centro das discussões em função da crise econômica de 2008 pelas quais os países desenvolvidos, principalmente os EUA, e os países em desenvolvimento estão passando, o que fez ressurgir os questionamentos sobre qual modelo os diferentes países devem seguir a fim de estabilizar suas economias, elevar a renda, ou seja, o seu crescimento econômico, mas acima de tudo, melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, ou seja, buscar o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** *desenvolvimento; Amartya Sen; Albert Hirschman.*

**ABSTRACT:** This work seeks to make an introductory reflection on the concept of development from two classical authors of Economics: Amartya Sen and Albert Hirschman. Economic development as explanatory concept of a "direction" to be followed by societies has changed its meaning and importance over the years. In recent decades the debate returned to the Centre of the discussions in the light of the economic crisis of 2008 by which developed countries, mainly the US, and developing countries are going through, what did resurface the questions about which model the different countries should follow in order to stabilize their economies, raise income, i.e. its economic growthbut, but above all, improve the quality of life for its citizens, i.e. seeking the development.

**Keywords:** *development; Amartya Sen; Albert Hirschman.*

### Introdução

Em meados da década de 1990, Fernando Henrique Cardoso escreve um artigo intitulado “*Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*”. Apesar das políticas colocadas em prática em seus dois mandatos como presidente da República, principalmente as econômicas, não seguirem o argumento do texto, que remete às teses do próprio autor defendidas na década de 1960 sobre a Dependência e o Desenvolvimento na América Latina, é elucidativa a forma como a questão é colocada. A linha central do argumento baseia-se na afirmação de que nas ciências sociais os conceitos são historicamente densos, isto é, eles precisam redefinir-se sempre que ocorram mudanças estruturais nas relações sociais. Essa perspectiva de análise sobre o desenvolvimento é levada a cabo por Sen e

---

□ Graduação em Ciências Sociais (PUC-RIO), Mestre em Ciência Política (IFCS/UFRJ) e doutorando em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Consultor do IBAM e professor do Colégio Pedro II.

Hirschman quando colocam em seu escopo outras variáveis pouco convencionais nas análises “tradicionais” sobre o tema.

Os anos de 1990 servem de exemplo de momento histórico para a maioria dos países, mas principalmente para o Brasil, de triunfo das ideias neoliberais acerca do papel do Estado e de suas “novas” funções com relação ao desenvolvimento. A América Latina já havia experimentado nas décadas anteriores um leque de estratégias que levariam seus países a um patamar mais elevado de renda e qualidade de vida de sua população. Esse debate foi marcado por três principais concepções de desenvolvimento ligadas a três correntes teóricas contrárias: a teoria da modernização, a teoria da dependência e a teoria do pós-desenvolvimento. Essas concepções de desenvolvimento foram formuladas em três momentos distintos (a teoria da modernização nos anos 50 e 60, a teoria da dependência nos anos 60 e 70 e a teoria do pós-desenvolvimento na segunda metade da década de 80) e seus paradigmas originais eram o liberal, o marxista e o pós-estruturalista, respectivamente.

### **Teorias da modernização**

A visão da teoria da modernização, de base liberal, propaga a ideia central de que crescimento econômico gera desenvolvimento, no sentido de gerar efeitos positivos para toda a população, reduzindo, dessa forma, o desenvolvimento ao crescimento econômico. Essa teoria sofreu muitas críticas em função de adotar a renda monetária como único indicador para verificar as melhorias sociais ou não dos processos econômicos.

A principal crítica à esse argumento recai sobre a ideia de que “ninguém perde”, principalmente os pobres, com o crescimento econômico. Bruno (1996, apud Maluf, 2000) chama a atenção para o dinamismo econômico pelo qual passou a América Latina nas décadas de 1950, 1960 e 1970 associada a uma forte “desintegração sócio-econômica”, ou seja, um aumento considerável na renda nacional com níveis baixos de equidade, onde o Brasil e seu “milagre econômico” tornou-se um caso exemplar desse fenômeno.

Ainda dentro das explicações da teoria econômica geral é importante salientar a ênfase dada à industrialização como vetor exclusivo do processo de desenvolvimento. Em outras palavras, desenvolvimento era sinônimo de industrialização o que levaria a um processo de modernização da sociedade por meio de inovações tecnológicas induzindo melhorias materiais e transformações nas relações sociais. Portanto, existe uma clara

associação entre desenvolvimento, industrialização e o próprio conceito de modernização, isto é, o moderno estaria atrelado ao progresso técnico que levaria a uma homogeneização social. Crítico à teoria da modernização, mesmo para Celso Furtado, grande pensador da CEPAL, essa associação é verdadeira na sua formulação sobre a teoria do desenvolvimento. Para ele as teorias de desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que *“a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social.”* (Maluf, 2000).

Em síntese, as principais críticas sobre essa concepção de desenvolvimento recaem sobre as limitações do entendimento sobre o desenvolvimento associado à industrialização e que a equidade não se esgota na renda monetária.

O enfoque pós-moderno sobre desenvolvimento de abordagem pós-estruturalista sugere uma negação ao desenvolvimento. Como o núcleo de entendimento sobre o desenvolvimento compreende um sentido também de modernidade, a crítica desse enfoque é, sobretudo, uma visão “contra-modernista”, no sentido de uma crítica cultural da economia enquanto estrutura fundacional da modernidade. Dessa forma, a teoria do pós-desenvolvimento tenta desconstruir o desenvolvimento de suas formas de conhecimento, os sistemas de poder e suas subjetividades. Assim, os defensores desse enfoque fazem uma crítica ao discurso enquanto forma de dominação e criação de instituições por meio do qual se converte em força social real e efetiva que transforma a realidade. Colocam, portanto, no centro de suas análises não só a dimensão discursiva e as novas formas de representação, mas também os movimentos sociais. A teoria do pós-desenvolvimento contribuiu de forma significativa para o debate sobre desenvolvimento, pois levantou os questionamentos sobre a dependência do pensamento sobre desenvolvimento com relação ao paradigma epistemológico da modernidade, as relações de poder que regula a prática de desenvolvimento e, também evidenciou a necessidade de se pensar sobre a base cultural do desenvolvimento. No entanto, resta saber se é possível conciliar outro tipo de desenvolvimento com uma ideia de modernização que não passe necessariamente pelo projeto hegemônico liberal de modernização. Ou ainda, como essa visão generalizada e essencialista do desenvolvimento que faz com que se perca a dimensão das diferenças de estratégias de desenvolvimento e instituições incorpora a ação do Estado. Com relação a

esse último ponto, a teoria do é crítica à “tutela ativa” por parte de agências estatais e para-estatais. Para os críticos ao pós-desenvolvimento, a intensão de desenvolver envolve uma “tutela” de forma que só poderia ser superada com mudanças qualitativas que teriam na liberdade a finalidade do desenvolvimento. Com relação a essa proposição, seria mais sensato, ao invés de pensar a eliminação de toda a tutela, ampliar os espaços de participação e representação dos atores sociais envolvidos como forma de dar voz as diferentes visões no processo de desenvolvimento. Sem entrar no mérito das diferentes concepções de Estado, é razoável ter como perspectiva de análise sobre o desenvolvimento o papel central que o Estado segue desempenhando apesar das críticas e apologias às forças de mercado propagadas pelos defensores do neoliberalismo. Sendo assim, o Estado permanece sendo a referência para se pensar, por exemplo, a cidadania o que o atribui uma função primordial no processo de desenvolvimento.

### **As contribuições de Amartya Sen and Albert Hirschman**

Amartya Sen critica a tese liberal de desenvolvimento trazendo para o campo das liberdades substantivas a análise sobre o desenvolvimento. Para isso, a principal crítica se dirige à teoria utilitarista da supremacia total dos mecanismos de mercado e da centralidade da renda como determinante do desenvolvimento. Em seu argumento, o desenvolvimento como busca de bem-estar deve ser compreendido dentro de uma abordagem que privilegie as capacidades dos agentes. A defesa do argumento do autor é considerar a liberdade como principal fim para o desenvolvimento. Para sustentar seu argumento, Sen confere uma importância maior à base informacional, no sentido de concentrar a análise “*na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam*”. Nesse sentido, essa abordagem possui uma amplitude e sensibilidade que lhe confere grande abrangência (Sen, 1999: 52).

Para Sen, por exemplo, a ideia de desenvolvimento não está ligada diretamente ao aumento da renda real e do crescimento na economia, assim o desenvolvimento não é somente problema de crescimento econômico. O problema não está no fato da busca da prosperidade econômica ser considerado um objetivo central do planejamento e do processo de formulação de políticas, mas refere-se ao nível em que esse objetivo deve ser fixado. A busca da prosperidade econômica como um fim em si, embora errada no campo

dos princípios, seria indispensável à busca da prosperidade como meio para o enriquecimento da vida das pessoas. Salienta, ainda, que países com alto PIB per capita, por exemplo, podem apresentar índices muito baixos de qualidade de vida (Sen, 1993: 313-314).

A questão da liberdade para o autor é central. O desenvolvimento como liberdade requer que se removam as fontes de privação das liberdades substantivas<sup>1</sup>. O argumento do autor é considerar a liberdade como principal fim para o desenvolvimento. Para isso, a principal crítica se dirige à teoria utilitarista da supremacia total dos mecanismos de mercado e da centralidade da renda como determinante do desenvolvimento. Essa crítica refere-se à importância da base informacional, no sentido de concentrar a análise na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam. Dessa forma, as perspectivas do libertarismo e do utilitarismo como base informacional são muito limitados quando dão peso especial à liberdade formal, afirmando sua prioridade absoluta e inflexível. Com base nessa crítica o autor propõe a “abordagem da capacidade” que é fundamentada com base nos diferentes usos que uma pessoa pode dar a uma determinada cesta de mercadorias em função das várias circunstâncias contingentes<sup>2</sup>. Nesse sentido, essa abordagem possui uma amplitude e sensibilidade que lhe confere grande abrangência.

O exercício da liberdade é mediado por valores, que por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação. Como subsídio para essa discussão o autor elenca cinco liberdades instrumentais, sendo uma delas as liberdades políticas. Esta liberdade em especial é importante para entender os conceitos de “agente” e de “capacidade”. A condição de agente refere-se ao indivíduo como membro do público e como membro de ações econômicas, sociais e políticas. As liberdades substantivas, nesse sentido, melhoram o “*potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo*”, questões centrais para o processo de desenvolvimento, o qual é influenciado pela inter-relação entre as liberdades instrumentais.

---

<sup>1</sup> O conceito de liberdades substantivas refere-se à pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, desnutrição, negligência dos serviços públicos, intolerância e interferência excessivas de Estados repressivos.

<sup>2</sup> O autor cita cinco fontes distintas de variação entre as rendas reais e as vantagens (bem-estar e liberdades) que as pessoas podem obter delas, que são: heterogeneidade das pessoas, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuição na família.

A importância dessa abordagem sobre o desenvolvimento está no fato de seus muitos modos diferentes de utilização, dependendo do contexto e das informações disponíveis. É uma combinação de análise fundamental e uso pragmático que confere a abordagem da capacidade uma grande abrangência, permitindo que o desenvolvimento como liberdade enfoque num desenvolvimento mais justo e igualitário sem perder de vista a heterogeneidade dos contextos e das capacidades dos agentes, bem como entendendo a pobreza e a desigualdade como um problema de privação de capacidade. Além disso, confere à cidadania um papel central nas questões relacionadas à pobreza e à desigualdade. A maximização da utilidade gerada com a emancipação do indivíduo é superior àquela que se restringe a questões puramente econômicas e cria um círculo virtuoso, na medida em que traz para a sociedade o poder decisório de julgar quais liberdades são prioritárias para o seu desenvolvimento.

Ainda no que tange ao crescimento econômico, Hirschman afirma que se pode obter um considerável progresso econômico (e com possível melhoria na distribuição de renda), sem um concomitante avanço na abertura política ou um declínio da repressão. Em outras palavras, o fortalecimento da economia pode ocorrer paralelamente ao enfraquecimento da democracia. Sua crítica à tese liberal está fundamentada na tese da ameaça. Essa tese propõe que um passo à frente porá em risco um passo progressista já dado. No entanto, esse argumento da ameaça não pode ser usado em países que não tem uma história gradual de reformas políticas e sociais. Muitos países em desenvolvimento não têm uma história de reformas e políticas sociais. Então, para Hirschman esses países retardatários têm pelo menos uma vantagem a seu favor: quando adotarem, por exemplo, instituições do Estado de Bem Estar Social, não será possível combater esse avanço com argumentos de preservar algum tipo de tradição. (Hirschman, 1996: 85).

O autor ainda defende que o crescimento econômico é desequilibrado e o desenvolvimento também. Portanto, a procura de soluções uniformes para problemas de desenvolvimento invariavelmente induz ao erro. Ele questiona se há uma especificidade na economia do desenvolvimento que surge no final dos anos 1940 com a ruptura keynesiana, e proporcionou a ideia de legitimação no “pensar diferente”. E com isso surge o questionamento se é possível existir outra economia? Nessa especificidade, Hirschman

rejeita a pretensão de monoeconomia e também rejeita a pretensão de benefícios mútuos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Hirschman questiona as formas tradicionais de estudo entre a relação do progresso econômico e político. As ideias de que todas as coisas boas andam juntas, ou seja, progresso econômico gera progresso político; a ideia de que tudo tem um custo, portanto, o progresso econômico necessariamente implica um custo na esfera política e vice-versa; e a questão do progresso econômico ocorre sozinho, enquanto o progresso político precisa ser contido, ou até mesmo revertido (Hirschman, 1996: 248). Para o autor, as duas esferas realmente apresentam muitas ligações que em determinados pontos são bastante íntimas e mais tarde se dissolvem. Para tanto, traz a ideia do possibilismo, a interação entre economia e política. Como exemplo Hirschman afirma que na América Latina da década de 1980 – quando os índices de desempenho econômico estagnaram ou até mesmo declinaram em alguns países sob o impacto da crise da dívida – importantes indicadores sociais como mortalidade infantil e analfabetismo continuaram a apresentar melhoras (Hirschman 1996: 250).

Dessa maneira o progresso político e o econômico não estão ligados entre si de modo fácil e funcional. Existem várias conexões “liga / desliga” (Hirschman, 1996: 257). É importante a busca de racionalidades ocultas presente nos caminhos pouco familiares em certas circunstâncias, mas não é a racionalidade aparente que os modelos tradicionais apontam. O sucesso da política econômica depende da compreensão dos agentes sociais, negociadas com a sociedade. Surge nesse contexto a importância das “pressões” (boas ou más). O enfoque “possibilista” indica o complexo de fracasso na América Latina classificando a experiência anterior como fracassada; amplia as possibilidades das coisas boas surgirem, com a valorização dos processos em curso (valorizando as especificidades).

Os próprios conflitos sociais produzem valiosos laços que consolidam as sociedades democráticas modernas e lhes conferem força e coesão. Esse argumento de que o conflito pode desempenhar um papel construtivo nas relações sociais é trazida para a discussão por Hirschman. O conflito é, de fato para Hirschman, uma característica da sociedade de mercado pluralista que se evidencia com notável persistência. Para os comunistas, os conflitos eram sinais do colapso iminente ou final do capitalismo. Os cientistas sociais do

Ocidente aceitaram a ideia que o conflito em geral é destrutivo e se abstiveram de avaliar por completo o grau e as características em sua sociedade.

Contrapondo à economia tradicional, Hirschman valoriza os processos em curso, portanto, é contrário ao etapismo no desenvolvimento econômico. Existe no desenvolvimento uma aventura (incerteza) épica e não uma transição comercial, com recursos e habilidades ocultas.

### **Considerações finais**

Foi o fracasso do desenvolvimento – em não cumprir sua promessa de melhoria na qualidade de vida e modernização das sociedades – que levou o termo a sofrer uma mudança semântica. Isso tornou o conceito, que antes era desenvolvimento econômico, a agrupar todas as promessas não cumpridas, como por exemplo, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, etc.

De acordo com Maluf (2000), os sentidos atribuídos ao desenvolvimento não prescindem de uma análise normativa, ou seja, em sua formulação está sempre a ideia de como “deve ser”, bem como tem uma “direção” (que não é determinada *a priori*). Essa concepção de aproxima do método de Hirschman e Sen derivada da compreensão das “soluções abertas” ou da incompletude permanente do desenvolvimento desses autores. Dessa forma, outro sentido atribuído ao desenvolvimento pode ser assim formulado: *processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando esse processo* (Maluf, 2000).

Além da premissa do caráter normativo e de uma subjacente “intenção” contida no conceito de Maluf, há de se fazer outras qualificações. Em primeiro lugar, essa formulação é compatível com qualquer escala de valores quanto ao que seria “melhoria da qualidade de vida” sendo delimitado pela noção de direitos humanos. Em segundo lugar, essa noção de desenvolvimento sugere que melhoria na qualidade de vida deve existir inclusive nos países denominados “desenvolvidos” e não somente nos “em desenvolvimento”, portanto, a expressão “países em desenvolvimento” revela-se enganosa já que o critério para existir desenvolvimento é a constante melhoria na qualidade de vida. Essa definição possui ainda uma dimensão espacial que retoma a importância do Estado-Nação como espaço



privilegiado para se pensar o desenvolvimento. Nesse sentido, está embutida nessa última definição a crítica tanto à visão progressista quanto à visão liberal de privilegiar a globalização ou as formas de mercado sem, no entanto, desconsiderar o local/regional como territórios como estratégias indispensáveis para se pensar o desenvolvimento.

E por fim, essa proposição de se pensar o desenvolvimento busca também valorizar a diversidade em seu sentido qualitativo na formulação da estratégia de desenvolvimento. Essa crítica é importante quando se chama a atenção para o risco de se pensar equidade social como generalização de um padrão de consumo ou estilo de vida. Dessa forma, o desenvolvimento ampliaria as chances de melhoria da qualidade e vida sem solapar as identidades culturais. Essa premissa está muito presente no trabalho de Sen (2000), onde a importância da abordagem sobre o desenvolvimento – que leva em consideração as diferentes capacidades – está no fato de que ela permite uma grande abrangência, permitindo que o desenvolvimento como liberdade enfoque num desenvolvimento mais justo e igualitário sem perder de vista a heterogeneidade dos contextos e das capacidades dos agentes, bem como entendendo a pobreza e a desigualdade como um problema de privação de capacidade.

Em suma, para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento econômico, mas que não tem seu fim último no crescimento. É necessário que esse crescimento seja revertido em “melhoria na qualidade de vida” levando em conta as diferentes identidades e as especificidades de cada sociedade no sentido de identificar ‘possibilidades’ e não probabilidades como sugeriu Hirschman.

### **Referências bibliográficas**

- ESCOBAR, Arturo. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social”. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.
- HIRSCHMAN, A. *Auto-Subversão – teorias consagradas em xeque*. SP: Cia. das Letras, 1996.
- MALUF, Renato. “Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 2000.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminda*. RJ: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. SP: Cia. das Letras, 2000.